

## Brasil homenageia os militares mortos no Haiti

Os 18 oficiais e soldados vítimas do terremoto da semana passada ganharam, *post mortem*, a Medalha do Pacificador e promoção. Congresso decide na segunda sobre pedido de Lula para dobrar contingente no Caribe



Com o presidente Lula ao centro, autoridades dos três Poderes participaram de solenidade póstuma na Base Aérea de Brasília

Os 18 militares brasileiros mortos no terremoto do último dia 12 no Haiti foram homenageados ontem à tarde, na Base Aérea de Brasília. Acompanharam a cerimônia familiares das vítimas; o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; e os presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney e Michel Temer.

O terremoto deixou pelo menos 75 mil mortos, 250 mil feridos e 1 milhão de desabrigados. Porém, ainda não há números definitivos. Além dos militares, três civis brasileiros morreram na tragédia, entre os quais, Zilda Arns, da Pastoral da Criança.

As famílias dos militares, membros da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), receberam do comando do Exército a Medalha do Pacificador com Palma *post mortem*. Trata-se de condecoração “concedida a militares brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida”. Todos os 18 militares também foram considerados promovidos em seus postos ou graduações imediatas.

Lula, abatido, homenageou e agradeceu nominalmente a todos os soldados – cujos caixões, com a foto de cada um deles, estavam cobertos por bandeiras do Brasil – por representarem o país na missão no Haiti. Lula e a primeira-dama, Marisa Leticia, se dirigiram ao local reservado aos familiares dos militares para prestarem pessoalmente suas condolências “em nome da família brasileira”.

– Cada um desses homens afirmou durante sua vida a vocação pacífica e solidária da sociedade brasileira – disse Lula.

Já o comandante do Exército, Enzo Martins Peri, expressou, em nome da corporação, “o mais profundo pesar aos familiares e amigos pela perda dos nossos Capacetes Azuis – soldados da paz”. O comandante disse que a dimensão humana da tragédia, que toca a todos os brasileiros, o atinge pessoalmente.

– Todos combateram o bom combate, levando àquela nação amiga, castigada por violências de diferentes naturezas, o que a gente brasileira mais possui: solidariedade, alegria e esperança.

Após a entrega de todas as medalhas, os Dragões da Independência conduziram os corpos e os familiares às aeronaves que os levariam às suas respectivas cidades – à exceção do tenente-coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho, que vivia em Brasília e será sepultado na capital.

### Reforço

Na segunda-feira, a Comissão Representativa do Congresso se reunirá para deliberar sobre mensagem do governo que solicita autorização para aumentar em mais 1.300 homens o contingente militar brasileiro. Seriam 900 militares de imediato, além de 400 de reserva. Atualmente, há 1.300 membros do Exército brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

Lula anunciou ontem que editará medida provisória liberando recursos para os ministérios das Relações Exteriores, da Saúde e da Defesa. A verba será utilizada em ações de ajuda humanitária ao Haiti (veja a página 3).

## Servidor do Senado terá ponto eletrônico a partir de 1º de fevereiro

Os servidores do Senado terão de registrar em computador, com senha pessoal, o horário de entrada e de saída do trabalho a partir do dia 1º de fevereiro. A determinação consta de atos assinados pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), e pelo diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, publicados no Boletim Administrativo Eletrônico de ontem.

O ponto eletrônico será obrigatório para todos os servidores efetivos e comissionados. Os funcionários

lotados nos gabinetes dos senadores poderão ser dispensados do ponto eletrônico desde que os senadores se responsabilizem pelo controle e registro de suas frequências.

Pelos atos, só poderão fazer hora extra os servidores que baterem ponto eletrônico. Além do registro de entrada e de saída em computador, a assiduidade dos servidores será atestada pelas chefias imediatas, garantindo assim que o servidor efetivamente trabalhou e não apenas

registrou a chegada e saída. As chefias imediatas também registrarão no sistema as eventuais ausências de funcionários que viajarem a trabalho.

A Secretaria Especial de Informática do Senado terá de providenciar a implantação do sistema eletrônico de registro até o dia 1º de fevereiro. O diretor Haroldo Tajra determinou em seu ato que, em até 90 dias, seja implantado o controle biométrico (por impressão digital) de registro de frequência dos servidores da Casa.



Heráclito Fortes assinou ato que foi publicado ontem no Boletim Administrativo Eletrônico

Projeto do senador proíbe empresas que têm contrato com governo de dar dinheiro para partidos ou candidatos pelos quatro anos seguintes

# Paim quer restringir doações para campanha

EMPRESA QUE FIZER contratos com qualquer órgão governamental ficará impedida de contribuir financeiramente, nos quatro anos seguintes, para candidato a mandato eletivo. Isso é o que prevê projeto (PLS 153/09) apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Para ele, o ideal seria o financiamento público eleitoral, mas, enquanto isso não é implantado, a limitação dos empresários nas campanhas de candidatos será "importante para aprimorar o sistema eleitoral brasileiro".

Paulo Paim lembra que a legislação já proíbe o financiamento de campanhas por empresas concessionárias ou

permissionárias de serviço público, por sindicatos, por entidade ou governo estrangeiro ou por entidade de utilidade pública. O objetivo é evitar abuso de poder político e econômico. Assim, afirma o senador, é natural que empresas que assinam contratos com órgãos públicos devam ser impedidas de fazer doações políticas nos quatro anos seguintes.

Conforme Paulo Paim, essa proibição vem sendo recomendada por especialistas, lembrando que o professor Jairo Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e da Universidade Cândido Mendes, chegou a afirmar que o atual financiamento de campanhas é uma das maiores fragilidades do sistema eleitoral brasileiro.

*“O atual financiamento de campanhas é uma das maiores fragilidades do sistema eleitoral brasileiro.”*



José Cruz/ABR

## Mais rigor no pagamento a empresas que têm dívidas fiscais ou trabalhistas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar em fevereiro projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que impõe mais rigor no pagamento, pela administração pública, a empresa responsável por irregularidade trabalhista ou fiscal. O projeto tem parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com emendas.

A proposta (PLS 134/09) acrescenta à Lei das Licitações (8.666/93) dispositivo que prevê a possibilidade de retenção do pagamento, caso a empresa contratada esteja em situação irregular com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Pública. O valor retido, segundo a proposta, deverá ser o suficiente para liquidação dos débitos, salvo se houver questionamento administrativo ou judicial pendente.

O senador argumenta que é contrário ao interesse da população o

pagamento pelo poder público a um particular, a título de contraprestação contratual, caso a administração seja credora desse particular. Ele observa que os créditos da Previdência Social, do Fundo de Garantia e da Fazenda Pública se destinam a atender à coletividade, "o que justifica a concessão de poderes à administração pública para fazer a compensação forçada".

Valadares lembra que, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), essa retenção de valores de natureza trabalhista ou fiscal deve ser realizada, enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a considera ilegal, "por caracterizar uma forma de sanção não prevista em lei".

Para o senador, é necessário, portanto, mudar a Lei das Licitações a fim de evitar questionamentos judiciais sobre a viabilidade da retenção desses valores pelo poder público.

## Projeto fixa piso e jornada para diarista, que não terá vínculo empregatício

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar, na volta às atividades do Senado, a partir do dia 2 de fevereiro, projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define o trabalho por diária e a profissão de diarista. O PLS 160/09 tem parecer favorável do senador Lobão Filho (PMDB-MA).

O projeto define o trabalho por diária como aquele serviço eventual prestado a pessoa ou família em residências, enquanto diarista é a pessoa que presta serviços de natureza não contínua, por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, a pessoa ou família em residência.

No texto de Serys, esse tipo de trabalho não caracterizará vínculo empregatício se for prestado por até, no máximo, três dias por semana, para a mesma pessoa ou família, ainda que em residências distintas. Pelo

substitutivo apresentado pelo relator Lobão Filho, o valor da diária não poderá ser inferior a dois quinze avos do salário mínimo vigente. A jornada de trabalho também não excederá oito horas diárias.

O relator fez algumas alterações "para melhor caracterizar legalmente o diarista e para dirimir dúvidas sobre o que caracteriza vínculo empregatício". Ele ainda reduziu para 8% a contribuição previdenciária do diarista que, caso queira optar no futuro pela aposentadoria por tempo de contribuição, deverá pagar a diferença de 12% faltante, acrescida de juros moratórios.

– Tivemos também o cuidado de fixar a duração da jornada de trabalho do diarista em oito horas e o seu valor mínimo em dois quinze avos do valor do salário mínimo vigente, por esse ser mais condizente com a nossa realidade – explicou o relator.



Proposta de Valadares prevê retenção de valores para que possam ser liquidados os débitos



Projeto de Serys deverá ser votado após o final do recesso pela Comissão de Assuntos Sociais

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues

Pozzebom e Moisés Oliveira

Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Iracema F. da Silva

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

J. Freitas

Mensagem do presidente Lula para ampliação do contingente brasileiro no Haiti será votada segunda-feira, às 15h, pela Comissão Representativa

## Congresso decide segunda sobre aumento da tropa

O CONGRESSO NACIONAL recebeu na tarde de ontem a mensagem do presidente da República que trata do envio imediato de mais 900 militares ao Haiti e da disponibilização de outros 400 homens, que ficarão de prontidão. O presidente do Senado, José Sarney, convocou para segunda-feira, às 15h, reunião da Comissão Representativa do Congresso para deliberar sobre a mensagem. Cabe à comissão decidir sobre assuntos urgentes de competência do Legislativo, durante o recesso parlamentar.

Dos 900 militares que deverão ser enviados imediatamente ao Haiti, 750 integram um batalhão de infantaria e 150 são da polícia do Exército. Eles se juntarão aos 1.300 militares brasileiros que já fazem parte do Comando Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah, na sigla em inglês).

Conforme a exposição de mo-

tivos dos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, o aumento das tropas atende a chamado do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os ministros afirmam que as dificuldades logísticas de assistência humanitária, de resgate de feridos e de assistência médica após o terremoto que assolou o país no dia 12 de janeiro "podem ter consequências para a volátil situação de segurança", quadro agravado pelo fato de a Polícia Nacional Haitiana, segundo informações do Minustah, ter perdido cerca de metade de sua capacidade depois do terremoto.

– Consideramos que a elevação do contingente brasileiro deve ser significativa para que o Brasil possa reforçar sua atuação no terreno e manter participação decisiva no esforço de assistência ao Haiti – justificam os dois ministros.



Jonas Pereira



J. Freitas

Nelson Jobim e Celso Amorim informam que medida atende a "chamado do Conselho de Segurança das Nações Unidas"

## Lula vai enviar ao Congresso MP que libera R\$ 375 milhões para socorrer Haiti

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem que irá assinar uma medida provisória, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, liberando R\$ 375 milhões. Os ministérios das Relações Exteriores, da Saúde e da Defesa vão utilizar a verba nas ações de ajuda humanitária ao Haiti, atingido no último dia 12 por um terremoto que pode ter provocado mais de 100 mil mortes, segundo estimativas das autoridades locais e organizações humanitárias. A MP também deverá destinar mais de R\$ 600 milhões para os municípios brasileiros atingidos por enchentes.

Em elaboração no Ministério do Planejamento, a medida provisória deverá destinar R\$ 35 milhões ao Ministério das Relações Exteriores, como forma de garantir o trabalho que vem sendo desenvolvido no país caribenho. Já o Ministério da Saúde deverá receber R\$ 135 milhões para viabilizar a construção de dez unidades de pronto atendimento (UPAs) em Porto Príncipe, capital haitiana. Ao Ministério da Defesa, deverão ser destinados R\$ 205 milhões para financiar as ações que vêm sendo empreendidas pelas tropas brasileiras no Haiti.

### Indenização

Essas medidas foram analisadas por Lula em reunião ministerial realizada ontem na Granja do Torto, em Brasília. O presidente da República também solicitou à sua equipe que elabore um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso autorizando a indenização imediata às



Genildo Magalhães

MP a ser assinada por Lula também destinará verbas para estados castigados pelas chuvas

famílias dos militares brasileiros mortos no Haiti, além de um apoio financeiro aos filhos desses militares. O governo deverá analisar a idade limite para a concessão da ajuda, assim como o valor desse aporte.

### Enchentes no Brasil

Na mesma medida provisória de ajuda humanitária ao Haiti também deverá ser aberto um crédito extraordinário de ajuda aos municípios brasileiros atingidos pelas chuvas desde o final do ano passado. No início da semana, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, havia adiantado que o valor seria de cerca de R\$ 600 milhões para municípios de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

## Programa Agenda Econômica, da TV Senado, debate a valorização do real

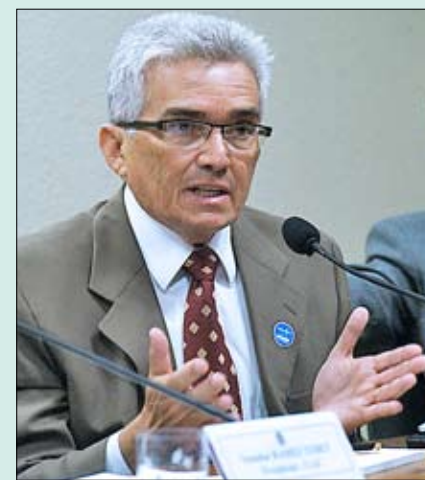
O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, apresenta nesta semana entrevista com o economista Raul Velloso, que fala sobre a valorização do real e suas consequências na economia. A TV Senado exibe o programa aos sábados (às 16h30 e 21h30) e aos domingos (às 11h30 e 22h).

Para o economista da ARD Consultores Associados, a entrada maciça de dólares no Brasil deve continuar por longo tempo e, por isso, a moeda brasileira deve manter-se valorizada diante da americana, trazendo prejuízos para todo o setor de exportação, principalmente os produtos industrializados.

Nessa entrevista ao *Agenda Econômica*, Raul Velloso afirma que, embora a valorização do real acarrete perda de competitividade do setor exportador, também proporciona um alívio nas contas públicas.

Para ele, com o forte ingresso de dólares no país, é possível não somente reduzir as taxas de juros (o que significa reduzir o custo da dívida), como também favorecer as importações e a modernização da indústria brasileira, que passa a adquirir máquinas e equipamentos mais modernos do mercado internacional.

O economista defende ainda a manutenção do câmbio flutuante no Brasil, como ocorre em diversos outros países, deixando para o Banco Central a tarefa de manter o equilíbrio com a compra ou



João Cruz

Para o economista Raul Velloso, forte ingresso de dólares pode ajudar a baixar taxa de juros

a venda de dólares.

Na opinião de Velloso, o mundo passa agora pela fase de superação dos piores efeitos da crise econômica iniciada no final de 2008. Mas ele adverte que o período atual exige bastante cuidado dos governos, principalmente com os gastos públicos.

Para ele, os salários médios do setor público no Brasil são maiores que os da iniciativa privada. Referindo-se às medidas anticíclicas adotadas pelo governo, ele critica a forma de aumento dos gastos correntes. Ao reajustar os salários dos servidores públicos, o governo optou por gastos permanentes, que não poderão ser reduzidos após o fim da crise.

# A água vale ouro

Fonte: Pnuma e Instituto Akatu  
Arte: Cirilo Quartim

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Diminua o tempo do banho

Elimine os vazamentos

Não deixe a torneira pingando

Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza

Instale torneiras com sensores automáticos

Use uma bacia para lavar louça

Escove os dentes com a torneira fechada